

“Nesse mundo ninguém se governa”:

**Encantaria e luta em Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/
Maranhão)¹**

Martina Ahlert – Universidade Federal do Maranhão

Jefferson Yuri da Silva Lima – Universidade Federal do Maranhão

Relações estabelecidas entre pessoas e seres intangíveis surgem em diversos contextos de experiência e de pesquisa. Não é incomum ouvir falar de espíritos, invisíveis, encantados e entidades que convivem com humanos. Existem, nos registros antropológicos, diferentes versões de mundo (ou dos mundos) habitadas por seres diversos, com os quais se estabelece relações de aliança ou conflito, aproximação ou afastamento – relações que marcam biografias, geografias e políticas (BLANES e ESPÍRITO SANTO, 2013; JOHNSON, 2014; GODOI e MELLO, 2019). Santa Rosa dos Pretos, comunidade quilombola do município de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, possui, por sua história e por suas experiências atuais, narrativas que compreendem a relação entre pessoas e seres intangíveis (LIMA, 2019).

O Maranhão, enquanto espaço de marcante presença negra, apresenta importante diversidade religiosa de origem africana, normalmente definida em torno de denominações como Tambor de Mina, Pajelança e Terecô. Essas três formas de nominar as religiões afro-brasileiras no estado estão relacionadas com as famílias de entidades recebidas em cada uma delas e às linhas – conjunto de famílias que remete à procedência ou local onde são encontradas, como a linha de água salgada (relacionada às entidades vindas pelo mar, especialmente do Tambor de Mina), a linha de água doce (entidades ligadas aos rios e à Pajelança, encontrada de forma mais recorrente na Baixada Maranhense) e a linha da mata (entidades relacionadas a esse espaço, mas também à prática do vaquejar – presentes de forma mais enfática na região de Codó e Bacabal, duas cidades do interior maranhense) (FERRETTI, 2000). A religião afro-brasileira encontrada em Santa Rosa dos Pretos se define como Tambor de Mina, mas as pessoas convivem também com entidades do Terecô e da Pajelança.

Em todas essas manifestações, encontramos a presença de encantados, como são chamadas as entidades “*recebidas*” (incorporadas) nos corpos dos “*mineiros*” ou “*brincantes*”.

¹¹ Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Antropologia do Direito, no Grupo de Trabalho 17: Processo de reconhecimento de direitos, mediação intercultural e disputas territoriais no Brasil contemporâneo. O V ENADIR aconteceu entre os dias 26 e 29 de agosto de 2019, em São Paulo.

Não é incomum que os encantados atravessem e se movam além de denominações religiosas ou linhas específicas, marcando presença em rituais diversos. Os encantados são percebidos como espíritos ou como pessoas que desapareceram sem experienciar a morte. Eles têm como referência um espaço conhecido como Encantaria – uma espécie de entre lugar, de onde vem para trabalhar, aconselhar, dançar e curar aqui na terra, espaço de morada dos “*pecadores*”. Para desempenhar essas funções, os encantados possuem potência além da humana, pois são capazes de fornecer receitas de remédios para cura; munir pessoas com força física e espiritual; prover conhecimentos.

Os trânsitos entre Encantaria e Terra têm como principal vetor o próprio corpo dos sujeitos (na incorporação, na vidência, nos sonhos e sensações corpóreas). Entretanto, existem certos espaços físicos que são conhecidos como espaços de Encantaria, presentes nas narrativas ou na mitologia de determinadas entidades, como uma praia, ilha ou cachoeira. Além disso, não raro, elementos da natureza como pedras, cachoeiras, igarapés são vistos como possuindo “*donos*” - entidades cujas histórias estão intimamente relacionadas aos mesmos, que são responsáveis por seu cuidado.

Esse artigo analisa três situações em que os encantados são mencionados relacionados a espaços da natureza da comunidade de Santa Rosa dos Pretos e busca relacionar essas narrativas à luta dos seus moradores para serem reconhecidos como comunidade tradicional e conseguirem a titularidade de suas terras. Como a comunidade – como demonstraremos na sequência – é atingida por grandes projetos de desenvolvimento, desejamos pensar como impactos sobre o ambiente são também impactos sobre a relação entre pessoas e encantados. Buscamos, dessa forma, mostrar como existem dimensões diversas que são alteradas no encontro entre as comunidades tradicionais – especialmente nosso lócus de pesquisa em Itapecuru-Mirim (no Maranhão) – e a lógica desenvolvimentista característica dos grandes empreendimentos. Dos três recortes que escolhemos narrar, surgem pontuações sobre determinada forma de perceber a natureza, a força e a luta.

Contexto de pesquisa

Segundo o relatório do Projeto Vida de Negro (2002) realizado pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), existem aproximadamente quatrocentas comunidades remanescentes de quilombos no estado maranhense. Historicamente, essas comunidades vêm ocupando e (re) produzindo suas condições de existência nesses territórios. O território quilombola Santa Rosa dos Pretos é um

conjunto de comunidades² – entre elas a comunidade homônima, a qual nos referimos – que tem sua formação histórica e social ligada a descendentes de negros e negras provenientes de Guiné-Bissau durante o século XVIII. Eles foram trazidos ao Maranhão durante o regime escravista para trabalhar nas lavouras da fazenda Kelru, localizada próximo ao rio Itapecuru e que foi propriedade de um colonizador irlandês chamado Lourenço Belfort. Na região, a produção de algodão, arroz, bicho-da-seda e cana-de-açúcar, além da criação de gado, se deu em larga escala e foi impulsionada pela implementação de um mercado agroexportador, a partir de 1750.

A comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos luta desde a década de 1950 pela manutenção de suas terras contra vários processos de perda e expropriação. Os ciclos de expropriação ocorreram, em um primeiro momento, com a entrada de posseiros no território, entre as décadas de 1940 e 1950. Em seguida pela instalação e expansão de fazendas, incentivada pela Lei de Terras durante o governo de José Sarney. A última etapa desta sequência de perdas e supressões de terras pertencentes à comunidade culmina com a instalação de grandes empreendimentos logísticos (BRUSTOLIN, 2017) – a saber, a Rodovia BR 135, os linhões de energia elétrica da Eletronorte e a Estrada de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce – que servem às retóricas sobre o “desenvolvimento” da região e o “crescimento econômico” do país.

Diante dessas diversas ameaças ao seu território e da possibilidade de reconhecimento do direito à titularidade de terras³, em 2005, a Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos entrou com um processo de regularização fundiária como território quilombola no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MA). Somente dez anos depois, em 2015, o pedido de regularização foi atendido, com a assinatura do decreto, pela presidente Dilma Rousseff, que reconheceu dez comunidades quilombolas, entre elas a comunidade Santa Rosa. Esse reconhecimento, entretanto, não garantiu o processo de titulação de terra, ainda esperado pelas famílias da comunidade.

A implementação de grandes empreendimentos ocasionou perdas territoriais em Santa Rosa dos Pretos com significativos impactos aos recursos naturais (assoreamento dos igarapés e desmatamento de áreas conhecidas como “*satuba*”), além da consequente interdição de

² Atualmente, o território quilombola é formado por 20 comunidades negras rurais: Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro, Centro de Águia, Fugido, Barreira Funda, Sítio Velho, Picos I, Picos II, Curva de Santana, Alto de São João, Matões, Fazenda Nova, Pindaíba, Conceição, Tingidor do Campo, Colégio, Santa Rosa dos Pretos e Kelru. São cerca de 4.200 pessoas, aproximadamente 800 famílias (FELIPE, 2017; LUCCHESI, 2008; SILVA, 2017).

³ No Brasil, o direito à territorialidade de comunidades negras é garantido pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

caminhos centenários e vias de acesso a outras comunidades. Os ambientes naturais são áreas destinadas à subsistência e reprodução social da comunidade. Também são nesses espaços que se encontram lugares compreendidos como sagrados e de Encantaria, onde são realizadas práticas religiosas do Tambor de Mina.

Nesse texto, partimos de experiências de pessoas que convivem com manifestações de encantados – por intermédio da incorporação ou ainda de sonhos e sensações. Esses encantados marcam o seu cotidiano e sua forma de perceber o mundo (CARDOSO, 2007), de forma que são seres considerados nas situações vividas em torno dos conflitos ambientais e territoriais. Nosso objetivo, portanto, é discorrer sobre o agenciamento de entidades espirituais no que diz respeito às transformações ocorridas no espaço da comunidade de Santa Rosa dos Pretos e as narrativas em torno da possibilidade de afastamento/deslocamento dos encantados, vinculados às transformações ocorridas no local. Buscamos, dessa forma, contribuir para a compreensão de uma dimensão política – ou cosmopolítica – normalmente negligenciada quando pensamos os impactos dos projetos de desenvolvimento.

Três situações para contar sobre a presença dos encantados

Escolhemos, nesse texto, contar três narrativas sobre a presença dos encantados, a compreensão de mundo e de natureza que surgiram no campo de pesquisa⁴ em Santa Rosa dos Pretos. Seleccionamos trechos que colocam em evidência como a Encantaria (chamada localmente também de Encantoria) é impactada por mudanças no meio ambiente. Nelas, como veremos, os encantados surgem em diferentes posições em um gradiente entre aproximação e afastamento, que evidencia a possibilidade de um esvaziamento do mundo.

Importante frisar que nem todos os moradores de Santa Rosa se definem como “mineiros”, ou mesmo frequentam terreiros de Tambor de Mina. Existem igrejas de diferentes denominações religiosas e uma presença intensa da Igreja Católica, especialmente sob forma de um catolicismo popular vivido intensamente em festas como a do Divino Espírito Santo ou ainda no Tambor de Crioula – “brincadeira” realizada no âmbito doméstico em homenagem à São Benedito, em reconhecimento de uma promessa alcançada. Acreditamos, entretanto, que

⁴ Os dados surgem de experiências de pesquisa vividas por diferentes pesquisadores (as) na comunidade, em virtude disso, sempre que alguma situação particular de pesquisa for mencionada, são citados, em notas de rodapé, os nomes dos/das pesquisadores(as) presentes. A pesquisa é parte do projeto “Projetos de desenvolvimento e comunidades negras no Maranhão: fronteiras territoriais, lutas sociais e afirmação de direitos”, coordenado pela professora Cíndia Brustolim e apoiado pela Fundação de Amparo Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

seria reducionista circunscrever as experiências com os encantados apenas ao contexto dos rituais estritamente religiosos ou ao terreiro. Antes, é nosso intuito mostrar que todas as dimensões da vida de uma pessoa podem ser afetadas por suas presenças. É nesse sentido que Dona Dalva – uma das pessoas com as quais conversamos em Santa Rosa – fala que todo mundo *faz parte* da Mina (em narrativa transcrita abaixo).

Outro ponto importante de ser esclarecido é que nossa intenção não é acionar a presença dos seres intangíveis como uma forma de exotizar ou essencializar as experiências que nos foram contadas. Se escolhemos trazer tais vivências foi porque são contemporâneas e em grande medida ordinárias. Ou seja, não nos informam apenas sobre uma origem ancestral (embora também o façam), mas também sobre negociações e conflitos vividos atualmente. Igualmente, não nos falam de uma dimensão ‘esotérica’ da experiência, mas sobre coisas que pertencem ao contexto dos acontecimentos corriqueiros de qualquer cotidiano.

O alerta dos encantados em sonho

Em uma manhã de junho de 2017, depois de um tambor de promessa, caminhávamos⁵ pela comunidade de Santa Rosa dos Pretos. Em frente a algumas casas, na beira da BR 135, três pessoas estavam sentadas em cadeiras, sob a sombra de grandes árvores. Entre elas, estava Seu Libâneo, um senhor já idoso, liderança local. Durante a conversa que tivemos, perguntamos sobre um sonho que ele teve, sobre o meio ambiente e os encantados. Sua resposta à nossa pergunta começou contando sobre sua participação em um seminário no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA – Campus Itapecuru-Mirim), que discutia políticas de desenvolvimento. No seminário, ele perguntou às pessoas reunidas: *“Vocês falam em política compensatória, política satisfatória, mas vocês sabem o que é o meio ambiente? Ainda falam em política de desenvolvimento sustentável? Mas quem sustenta?”*. Nesse dia, ele havia questionado termos utilizados pelos pesquisadores – inclusive o de meio ambiente e a ideia de política compensatória – e colocado seu ponto de vista sobre a questão.

A fala questionadora de Seu Libâneo (antes dirigida aos presentes no seminário e agora a nós endereçada) animou a conversa e uma mulher da comunidade que também estava presente em nossa pequena roda, naquela manhã, contou que os rios onde costumava pescar estavam assoreando e que o peixe era bom para o consumo apenas parte do ano. Seu Libâneo e ela comentaram sobre igarapés que conheceram e que existiam em Santa Rosa, mas que não eram

⁵ Além de Martina, nessa conversa também esteve presente a pesquisadora Cíndia Brustolin.

mais encontrados. Ainda refletindo sobre meio ambiente, Seu Libâneo disse que as pessoas “*culpam os pequenos*” (as pessoas simples) pelo final do rio, mas que a culpa não é deles, não são eles que fazem o rio acabar. Percebemos que ele considerava os moradores de Santa Rosa como parte do grupo “*dos pequenos*” - que tinham como característica, não a “*política compensatória*”, mas, em suas palavras, uma “*política comunitária*” onde uma pessoa sempre depende das outras e as escuta. Novamente nos dirigindo perguntas, ele inquiriu: “*quem é o índio? Quem é o negro?*” – e ele mesmo respondeu: “*Nós somos índio, nós que somos os negros*”.

Na sequência, depois de trazer essas questões, Seu Libâneo nos contou sobre o sonho. Disse que “*eles*” apareciam em seu sonho, lhe indicando determinados lugares da comunidade, como os igarapés que tinham secado. Perguntamos quem seriam “*eles*” e Seu Libâneo os definiu como “*espíritos*”. Os espíritos não eram outros, mas eram também nós mesmos, nossa parte animada:

Quem nós somos? Que é que nós somos? Nós somos os espíritos (...) Se você colocar um pintinho morto aqui no meio da gente, ou um pedaço de carne, essa carne vai falar com a gente? Ela vai falar com a gente? Ela não vai. Porque a carne é podre, não é carne que fala, é o espírito (Seu Libâneo, 15 de junho de 2017).

Ele ainda se referiu aos espíritos pela palavra “*invisíveis*” – os dois são termos para nominar o que nesse texto chamados de encantados. Seu Libâneo nos ensinou, então, que o mundo é formado por três partes: “*Pelo céu, onde está o paterno [Deus]. Pela terra e pelo mar. No mar mora vida. A vida é a encantoria. Quer você goste quer não, tem a encantoria*”. Em outro momento, se referiu à encantaria falando sobre “*povo do fundo*”, maneira mencionar os encantados da linha de água doce – provavelmente aqueles que lhe trouxeram o alerta em seu sonho. Sobre esse mundo intensamente habitado, comentou ainda que “*nesse mundo ninguém se governa*”.

Os espíritos, invisíveis ou encantados, em outros contextos de pesquisa no Maranhão (AHLERT, 2016; FERRETTI, 2000) têm os sonhos como um importante espaço de manifestação. Tanto quando incorporados, como em sonhos, eles aconselham, mandam recados, enviam alertas, conversam. No caso do sonho de Libâneo, eles se comunicam mostrando o fim dos igarapés, a diminuição dos que existem e os riscos implicados nas alterações do meio ambiente. Seu Libâneo, ao falar da sua compreensão do ambiente da comunidade de Santa Rosa dos Pretos, não meramente descreveu locais ou espaços físicos, ele mostrou como existem relações tecidas entre pessoas, encantados e a natureza, que constituem esses espaços.

O afastamento dos encantados

Dona Severina é mãe de santo da Tenda Nossa Senhora dos Navegantes, localizada em uma das margens da BR 135, na comunidade de Santa Rosa dos Pretos. Ela possui 62 anos, destes, 43 foram vividos como mineira e 35 na função de chefia do terreiro de mina. Ela é natural da comunidade, onde se casou e de onde saiu para viver alguns anos, mas para onde voltou, segundo nos disse, trazida pelos seus encantados. Severina percebeu os sinais de sua mediunidade aos dezenove anos se tornou filha de santo. Mais velha, recebeu a notícia de que seria mãe de santo, ou seja, teria que “*assumir a responsabilidade*” e construir seu próprio terreiro. No início ela não desejava tamanho compromisso, pois as atividades de chefia de uma tenda são consideradas muito pesadas. Entretanto, quando nos conhecemos, tinha muito orgulho de ser “*Mãe Severina*”.

O primeiro encantado que se manifestou em sua “*croá*” (ou cabeça) foi Caboclo Cearense. Ela trabalhava intensamente com ele e com a encantada Teresinha Légua. Ele pertence à família da Turquia (de água salgada) e ela à família de Légua Boji Buá (encantado da mata). Foi Teresinha quem lhe disse que seu terreiro seria em Santa Rosa dos Pretos. Segundo Severina, a entidade afirmou “*Que meu lugar não era lá [na cidade de Itapecuru-Mirim], meu lugar era em Santa Rosa*”. Foram os encantados que decidiram o local da tenda da mãe de santo – que foi construída, com a ajuda de diversas pessoas, ao lado de sua casa.

Em sua trajetória, ela foi aprendendo a fazer benzimentos e remédios com os encantados, conseguindo clientes e aproximando filhos de santo. Sobre esse vínculo entre ela, a comunidade e a encantaria, nos disse:

Eu acho, eu acho que tinha que ser aqui mesmo. Por que a gente nasce no lugar da gente, se cria no lugar da gente, então não pode fazer uma casa dessa no terreno dos outros. Pode até de botar pra fora, não é? Do terreno alheio. E um terreiro desse, como tem essas forças aqui, como se diz, esse assentamento – a gente não vive tirando pra aqui pra acolá. Não fica todo dia mudando casa de Mina, quando ele tem força, não pode ficar mudando ele (...) Por isso que ela [Teresinha Légua] me mandou de lá pra cá, porque lá não era meu, era alheio (Mãe Severina, 14 de junho de 2017)⁶.

Na mesma entrevista, interessados em conhecer um pouco mais sobre os lugares de Encantaria, perguntamos para Severina sobre a relação entre determinados encantados e

⁶ Entrevista concedida à Cíndia Brustolin, Jefferson Yuri da Silva Lima e Martina Ahlert, na Tenda Nossa Senhora dos Navegantes, em Santa Rosa dos Pretos.

espaços físicos. Ela nos trouxe o exemplo da encantada Mãe d'água, considerada uma entidade da linha de água doce (ou do “*fundo*”, como mencionamos anteriormente). Ela nos respondeu que existem encantados que habitam áreas de mato e de água – “*Mãe d'água é uma encantada que vive na água. E em tudo o que judiam com o igarapé é uma preocupação do compadre Libâneo. Eles vão embora, tem que se afastar. Por que a Mãe d'água é na água, vive na água, da água...*”.

Quando Severina menciona, ao falar da Mãe d'água, sobre os afastamentos de determinadas entidades (ela “*vai embora*”), ela trata do impacto e dos efeitos de grandes empreendimentos sobre o território da comunidade. Anteriormente havíamos conversado sobre como algumas obras, ao incidir sobre determinados locais de encantaria, traziam consequências para o tambor de Mina. Naquele momento, ela considerou o desaparecimento dos igarapés e o desmatamento de determinadas áreas como impactando na religião, na medida em que provocam o afastamento de determinadas entidades. É o que aconteceu, por exemplo, nas obras da estrada de ferro Carajás, que, segundo a mãe de santo, trouxeram o aterramento de determinadas áreas e a derrubada de mato:

O pessoal vai desmatar os satuba e os encantados vão se embora. Quem está com os seus seguros, tudo bem. Quem não está... Se afasta porque eles acabam com os satubas e é de lá que eles são. É o mesmo que você morar em sua casa e vir um invasor, vai pra sua casa. E você vai pra onde? (...) Muda sim. Por que alguém que tinha suas eiras no meio da estrada de ferro de Carajás... Ele desmantela. Foram para onde? Para outro lugar. Que no meio dessas estradas tinha muito mato frio. Muito satuba. E o pessoal que trabalhava, que a Vale [fez] aterrar tudo (Mãe Severina, 14 de junho de 2017).

Severina nos permitiu entender que existem locais que são como a “*casa*” de algumas entidades. Quando chega uma nova presença, que destrói aquele ambiente, ela é como “*um invasor*”. Esse invasor – como aparece a Vale do Rio Doce em sua fala - pode afastar entidades ao provocar impactos na natureza. Determinadas relações são desestruturadas quando os encantados vêm menos porque precisam vir de lugares mais distantes. Podemos, nesse sentido, falar de um mundo que perde em diversidade e complexidade.

O respeito que deixa a pessoa grande

Dona Dalva é filha de santo da Tenda Nossa Senhora dos Navegantes. Ela considera Seu Cearense e Teresa Légua – encantados carregados pela mãe de santo Severina, seus próprios pai e mãe de santo. A presença dos encantados em sua vida, entretanto, é anterior a

esse encontro, já que ela “*caiu*” - ou seja, manifestou a presença dos encantados - ainda criança, com apenas cinco anos de idade. Na entrevista concedida a membros da equipe de pesquisa⁷, ela contou aspectos que entrelaçavam a seriedade da Mina, o respeito, a presença dos encantados e a luta pelo território.

Sua fala – e também sua trajetória – tem a Encantaria como vetor. Para Dalva, em Santa Rosa dos Pretos, apesar de nem todas as pessoas gostarem de Mina e outras nunca assumirem a responsabilidade, quase todo mundo faz parte dela – o que mostra que a Mina se espalha para além de uma dimensão estritamente religiosa:

Mas aqui dentro da Santa Rosa, quem não dança Mina, se mexe (...) Fazer parte da Mina, se tocar uma cabaça, está fazendo parte. Se ele tocar um tambor, está fazendo parte. Se ele tocar um agogô, ele está fazendo parte. Se ele doutrina, ele está fazendo parte. Não é obrigado... Se ele passa um café, ele está fazendo parte. Se ele passa um lenço ou uma roupa no ferro, ele está fazendo parte (Dona Dalva, 11 de março de 2017).

A Mina, para Dalva, é uma coisa muito séria. Quem não assume responsabilidade na religião acaba por prejudicar a si e a própria família. Quem entra está sujeito a diversas regras e obrigações, para que sejam mantidas as relações com os encantados. Fazem parte delas diversos tabus, como proibições alimentares e sexuais, restrições relativas ao período menstrual – atitudes que falam sobre a necessidade de se “*estar puro*” para a realização de determinados rituais. Certos comportamentos devem ser observados, inclusive, fora da tenda, na roça e em casa, pois os encantados cobram determinadas posturas. É assim que a Mina mostra sua “*força*”.

Essas cobranças têm por base o que Dona Dalva chama de “*respeito*”. O respeito deve existir entre pessoas (pais e filhos; em relação aos mais velhos – independentemente de serem da Mina ou não); entre as pessoas e o meio ambiente; e entre as pessoas e os encantados. O respeito reconhece determinadas estratificações (como a geracional, por exemplo) e determinados vínculos. No que tange a Encantaria, ele aproxima pessoas, entidades e o meio ambiente. Dalva afirmou, nesse sentido, que “... *na Mina a gente tem o povo do mato, Surrupira, caboclo, o velho Aossi, que tem que respeitar (...) Por que quem manda nas vertentes é as mães das águas e os reis das águas*”.

Dona Dalva afirmou que desmatar determinada área verde, por exemplo, pode afetar a Mina e incidir sobre a relação de humanos com seres intangíveis. Entretanto, nem todas as pessoas estão aptas a reconhecer/ perceber os sinais das conexões que acionam a natureza, a

⁷ Entrevista concedida à Cíndia Brustolin, Dayanne Santos, Jefferson Yuri da Silva Lima e Josiane do Espírito Santo Pires da Silva.

Encantaria e as pessoas, ou seja, nem todo mundo consegue ter dimensão do impacto causado pelas agressões ao ambiente.

Por que da Mina só entende quem se assume, quem frequenta. Ele se assume, ele sabe quando está acontecendo uma coisa errada com ele. Mas quem não frequenta, que não sabe, não sente, acha que aquilo ali é uma coisa comum (...) É diferente, nós temos muito medo. Eu pelo menos tenho muito medo da Encantaria mudar daqui para outro lugar. Por que muda (Dona Dalva, 11 de março de 2017).

Um dos impactos, como afirmou Dona Dalva, é a possibilidade da encantaria mudar de lugar. Para exemplificar essas mudanças, ela contou algumas histórias que aconteceram na comunidade. Em uma delas, um poço que foi ‘entijolado’ nunca mais deu água boa. Em outra, um lugar muito especial, uma Lagoa denominada como Matinha, secou. Ela era de Seu Cearense (ou Caboclo Cearense, encantado chefe de Severina) e ele ficou muito chateado quando obras da estrada de ferro levaram ao seu desaparecimento. Antes, era da lagoa, que não secava nem no inverno e nem no verão, que provinha a água para banhos, rituais e os serviços do terreiro.

Quem é capaz de perceber o que está acontecendo, ou seja, quem é da Mina e vê/ sente algo de errado, “*tem medo*” de que a Encantaria vá embora. Os brincantes convivem intensamente com os encantados e é da relação com eles que adquirem sua “*força*” – termo que remete tanto à força física, quanto à força espiritual, de onde provêm conhecimentos e possibilidade de ajudar os outros. As entidades são cuidadoras e companheiras, e “... *quem dança Mina tem duas vidas. Por que tem vezes que a pessoa está caído, desmaiado. Por isso é que eu digo, e os guias, chegam junto. A pessoa vai falar, vai conversar, não é?*”. Dona Dalva dizia, contando sobre uma experiência do passado, que os encantados “*deixam a pessoa grande*”.

Agência e participação dos encantados: política, natureza e ontologia

As três experiências que optamos por contar nesse texto são narrativas de moradores de Santa Rosa dos Pretos, que acionam a Encantaria para pensar nas condições ambientais e nos impactos causados pelos empreendimentos desenvolvidos em terras da comunidade. Vemos, a partir do material que compõe nossa análise, que é possível falar sobre uma determinada percepção da composição do mundo – que poderia ser chamada de tradicional – onde existem relações entre espaços da natureza, seres que os habitam e pessoas.

Essas relações, como indica o alerta presente no sonho de Seu Libâneo, são frágeis, pois pautadas na lógica daqueles que são “*pequenos*” – são negros, são indígenas – que vivem de uma política comunitária onde existe conversa e escuta. Essa política é diferente da política satisfatória ou compensatória, que podemos sugerir a partir da fala da liderança, é “*dos grandes*”. A política dos grandes é aquela presente nas ações das empresas e do Estado, que se fazem sentir por intermédio dos trilhos de trem e do asfalto da rodovia.

Conceituar as relações construídas entre pessoas e encantados como frágeis não significa concebê-las como fracas, pois, elas se articulam exatamente em torno da ideia de “*força*”. São as relações que deixam as pessoas fortes, elas mobilizam e quiçá multiplicam a força dos pequenos, elas são capazes de os engrandecer. A força das entidades – que está associada aos seus locais de encantaria – é capaz fornecer conhecimentos de cuidado e cura, de determinar o local onde serão construídas tendas e casas, de prever e sinalizar o futuro.

Os encantados, ao tornarem as pessoas “*grandes*”, como aconteceu com Dalva, não as transformam nos grandes – aqueles que seriam o contrário deles, os pequenos. Pois, esses grandes desconhecem a Encantaria e são, por isso, incapazes de entender a complexidade presente no ato de secar um igarapé ao aterra-lo, ou de derrubar uma área de mata para a passagem de uma estrada. Eles ignoram uma imensidade de informações presentes nessas atitudes e não veem os efeitos que essas alterações causam na vida das pessoas.

Quem conhece, como afirma Dalva, “*tem medo*” – medo do afastamento dos encantados, narrado também por Severina, e conseqüentemente, da diminuição da força presente nas relações com o mundo da Encantaria. Ter medo, nesse caso, não é sinônimo de falta de coragem, é antes, sinal de “*respeito*”, aquele sentimento que deve marcar as relações na Mina e fora dela, e podemos sugerir, traço da política comunitária da qual tratou Seu Libâneo. Quem tem respeito percebe o quanto a Mina é séria, disseram Severina e Dalva. Não o é simplesmente porque romper ou quebrar compromissos com os encantados pode levar a punições, mas porque pode levar a uma perda de sentido da própria existência, já que os encantados (como expressou Dalva) são “*tudo na vida*” de uma pessoa.

O afastamento dos encantados e a diminuição da força e da companhia, em uma comunidade marcada pelo usufruto coletivo da terra e ancorada no compartilhar de um território, pode ser considerado de forma analógica à insegurança fundiária que ameaça, sob diversas formas, a comunidade. Na morosidade dos processos governamentais, nas iniciativas diversas empregadas pelas empresas com parceria de governos que reverberam em dificuldades em garantir a permanência no espaço, se colocam os riscos de rompimento de parcerias, afinidades, relações. Como comentou Antonádia Borges para outro contexto etnográfico, a

insegurança fundiária pode significar também uma insegurança ontológica (BORGES, 2010). É nesse sentido que as políticas compensatórias podem ser, como nos mostrou Libâneo, políticas contrárias às políticas comunitárias.

Considerações finais

Paradoxalmente, o Estado brasileiro, que reconhece e deve oferecer a garantia do direito desses grupos é o mesmo que legitima e autoriza a instalação de estruturas logísticas em territórios onde vivem comunidades tradicionais. Muitas delas estão em constante conflito e fazem resistência às ações de empresas privadas que carregam o slogan do “desenvolvimento” com a geração de emprego e renda. Já o Estado apresenta como justificativa uma política de desenvolvimento pautada na questão do “interesse nacional” e acaba oferecendo facilidades como as isenções fiscais, e dando as condições necessárias para instalação de empresas privadas através de ações de governo (configuradas em infraestrutura de transportes, construção de portos e um desigual desenvolvimento da estrutura fundiária).

Nesse artigo trouxemos questões mobilizadas em campo por três moradores de Santa Rosa dos Pretos – Seu Libâneo, Dona Dalva e Mãe Severina. Objetivamos mostrar, a partir do que nos contaram sobre os encantados e sua relação com determinados espaços naturais (ou com o meio ambiente), como são diversos os impactos que atingem comunidades em contato com grandes projetos de desenvolvimento, que não possuem seus direitos de titularidade de terra garantidos. Enfocamos, entre esses diferentes impactos, a possibilidade do afastamento de encantados que acontece mediante a abertura de estradas e estradas de ferro e o aterramento de terrenos, a derrubada das matas, o assoreamento de rios, o desaparecimento de igarapés e lagoas.

Encontros e sobreposições entre diferentes modos de vida ou diferentes ontologias parecem se colocar nesse cenário (MOL, 2008). Esses encontros – entre *os pequenos*, o Estado, as grandes empresas são vividos em uma dimensão que é cotidiana, e por isso, ainda mais intensa. Cabe-nos pensar esses encontros e como garantir a continuidade e a complexidade dos modos de vida tradicionais, que são, por sua vez, mais amplos do que nossas concepções de direito e nossas ferramentas de efetivação dos direitos. Permanecemos sem responder sobre como articular as normativas jurídicas com as experiências de vida dos sujeitos. Garantir direito à terra, nesse caso, parece ser garantir existência. Se permanecemos sem resposta, pelo menos pudemos compreender um pouco sobre esse mundo onde “ninguém se governa” – frase enunciada por Seu Libâneo – ou diante do qual se deve ter “medo”, como disse Dalva, pois

essas formas de ver indicam para esse mundo onde pouco controlamos e pouco sabemos, ou seja, onde para viver é preciso reconhecer certa posição que implica humildade. Nesse contexto, temos segurança na medida em que mantemos “o respeito”, pelos espaços, pelos espíritos donos dos espaços, pelas pessoas.

Referências

AHLERT, Martina. *Cidade relicário: uma etnografia sobre terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 2013.

_____. Carregado em saia de encantado: pessoa e transformação no Terecô de Codó (Maranhão – Brasil). *Etnográfica*, vol. 20 (2), p. 275- 294, 2016.

BLANES, Ruy. ESPIRITO SANTO, Diana. *The Social Life of the Spirits*. Chicago: Chicago University Press. 2013.

BORGES, Antonádia. Sem sombra para descansar: etnografia de funerais na África do Sul contemporânea. *Anuário Antropológico*, Brasília, n.1, p. 215-252, jul. 2010.

BRASIL, Constituição Federal. 1988.

BRUSTOLIN, Cíndia. *Projeto Reconhecimento de Direitos Territoriais e Conflitos Socioambientais no Maranhão*. São Luís: Relatório CNPq, 2017.

CARDOSO, Vânia Zikán. Narrar o mundo: estórias do “povo da rua” e a narração do imprevisível. *Mana*, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 317-345, 2007.

COSTA EDUARDO, Octávio. *The negro in Northern Brazil: a study of acculturation*. New York: J.J. Austin Publisher, 1948.

DE CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FELIPE, Sabrina. DNIT prevê remoção de casas em território quilombola sem consulta a população. Vias de Fato, Maranhão, dez 2017. Disponível em: <viasdefato.jor.br> Acesso em: 17 ago. 2018.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. *Desceu na guma: o caboclo do Tambor de Mina em um terreiro de São Luís – a Casa Fanti-Ashanti*. 2.ed. São Luís: EDUFMA, 2000.

GODOI, Emília Pietrafesa de. MELLO, Marcelo Moura. 2019. “Entre seres intangíveis e pessoas: uma introdução”. *Etnográfica*, 23 (2): 440-446.

GOLDMAN, Márcio. *A possessão e a construção ritual da pessoa no Candomblé*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1984.

JOHNSON, Paul C. (org.). 2014. *Spirited Things: The Work of Possession in Afro-Atlantic Religions*. Chicago, The University of Chicago Press.

LIMA, Jefferson Yuri da Silva. *Encantaria e territorialidades no Quilombo Santa Rosa dos Pretos*. Monografia (graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.

LUCCHESI, Fernanda. *Relatório Antropológico de Identificação de Santa Rosa, Itapecuru-Mirim/MA*. São Luís, 2008.

MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: ARRISCADO NUNES, J. ROQUE, R. (eds.). *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência* (Biblioteca das ciências). Porto: Edições Afrontamento, 2008. Online: 5 https://pure.uva.nl/ws/files/899834/77537_310751.pdf

PROJETO VIDA DE NEGRO. *Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. Coleção Negro Cosme - Vol. III. São Luís: SMDH/CCN-MA/PVN, 2002.

SILVA, Anacleto Pires da. *Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola Santa Rosa dos Pretos*. Monografia (Graduação). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Universidade Federal do Maranhão. Bacabal, 2017.